

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Raul Cunha, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, foram anunciados os seguintes pedidos: de *substituição pelo período de vinte e quatro a vinte e seis de Fevereiro*, Maria Manuel Castro Costa Oliveira; de *suspensão, por um período de sessenta dias*, Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leito, *ambos eleitos pela lista “Independentes Por Fafe”*; De *substituição, por um período de vinte dias*, Carminda Maria Teixeira da Silva Marques, eleita pelo Partido Socialista; de *suspensão, por um período de 30 dias*, José Augusto Pereira Rodrigues, do Partido Social Democrata; de *suspensão*, de vinte e quatro de fevereiro a um de março, Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela Coligação Democrática Unitária. -----

Comunicaram a substituição, pelo respectivo Secretário, a Presidente de Junta de Freguesia de Antime, e, pelo Tesoureiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e cinco Membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

De seguida, o Presidente da Mesa deu conhecimento da existência de duas propostas, dando, de seguida, a palavra ao Primeiro Secretário que passou a ler a proposta apresentada pelo Grupo do CDS-PP, na qual era proposto a aprovação de um voto de congratulação pela evolução qualitativa e quantitativa das Terceiras Jornadas Literárias de Fafe e de apreço e reconhecimento para todos quantos se envolveram e envolviam nesse projeto cultural que defendia o Primado da Cultura, com enfoque especial na marca “Fafe dos Brasileiros”.

Não havendo intervenções **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.**-----

Seguidamente, ainda pelo Primeiro Secretário, foi lida a proposta de recomendação ao Executivo Municipal, subscrita por Manuel Fernando Alves, eleito pelos IPF, no sentido de que fosse elaborado de forma clara e simples, publicado e divulgados os termos e condições de venda dos bilhetes para os espetáculos a realizar no Teatro Cinema. -----

Colocada a discussão, tomou a palavra **Manuel Fernando Alves** para mencionar que a proposta tinha sido apresentada no sentido de clarificar todo o processo relativo à venda de bilhetes para os espetáculos a realizar no Teatro Cinema, atendendo à confusão que por vezes se gerava, salientando que desconhecia a existência de regras relativamente à venda dos bilhetes publicadas. -----

-----De seguida, interveio **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para dizer que não tinham nada a opor à existência de um regulamento sobre a venda de bilhetes para os espetáculos que se realizavam no Teatro Cinema, não concordando, no entanto, com o teor do primeiro parágrafo, concretamente sobre a “*venda não ser efetuada de um modo claro*”. Afirmou que não podiam aprovar uma proposta com esse considerando. -----

Terminou, afirmando que se os considerandos mencionados fossem retirados não tinham qualquer problema em votar a favor. -----

-----Tomou a palavra **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pelos IPF, para mencionar que se orgulhavam com a programação do Teatro-Cinema, porém lamentavam a polémica existente à volta da venda dos bilhetes. -----

-----Retomou a palavra **Manuel Fernando Alves** para esclarecer que a pretensão dos IPF era a elaboração de um regulamento sobre a venda de bilhetes, concordando com a remoção dos considerandos apontados por Raul Rebelo. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Mesa** para mencionar que conforme o acordado seriam retirados os considerandos submetendo-se a votação a proposta com o seguinte teor: “*Os Independentes Por Fafe, representados pelo eleito Manuel Fernando Marinho Alves, membro da Assembleia Municipal vêm, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 17º do Regimento da Assembleia Municipal, propor a aprovação do Voto de*

Recomendação ao Executivo Municipal que elabore de forma clara e simples, publique e divulgue os termos e condições de venda dos bilhetes para os espetáculos a realizar no Teatro Cinema.” -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocado a votação, sendo aprovado, por unanimidade.** -----

Não havendo mais propostas, entrou-se no período de Intervenções. Iniciou **Orlando Carvalho Leite**, do CDS-PP, cuja intervenção incidiu sobre a Reforma Administrativa, concretamente sobre o Documento Verde e respetivas atualizações, salientando a importância da discussão do assunto para as comunidades locais. Lamentou que tal apreciação se tenha transformado na questão da extinção e não na agregação das freguesias esquecendo deliberadamente outras matérias de igual importância como o setor empresarial local, a gestão municipal e intermunicipal, o financiamento e a democracia local. -----

Reportando-se à proposta apresentada pelo CDS sobre o assunto e ao debate organizado para o qual tinham sido convidadas todas as forças políticas e movimentos representados na Assembleia Municipal, salientando a ausência do PS e CDU. Afirmou que não questionavam a legitimidade das posições dos órgãos próprios de um partido ou de força política, reforçando a importância do contributo de todos assim como os muitos e válidos argumentos a favor ou contra. Salientou a importância de conhecerem as posições das várias forças políticas relativamente a outras matérias relevantes como a democracia local. --

Sobre a moção apresentada pela CDU na sessão de Dezembro, em defesa do poder democrático e de rejeição das medidas constantes do documento verde, afirmou que nessa matéria a posição do CDS-PP visava a promoção do debate assim como da discussão com argumentos válidos que pudessem permitir uma proposta que dignificasse a Autarquia, afirmando que acreditavam que ainda era possível encontrar uma versão que fosse de encontro à especificidade do Município de Fafe e das freguesias do concelho. -----

Afirmou que a matéria da reforma da administração local já estava consubstanciada numa proposta de lei e nessa conformidade já tinha sido objeto de aperfeiçoamentos e redefinições de critérios de forma a evitar algumas situações indesejadas, permitindo o resultado final mais consentâneo com as realidades locais. -----

Reportando-se ao concelho de Fafe em concreto, afirmou que o município poderia ficar configurado com vinte e três freguesias. Mencionou, ainda, que a proposta de lei previa que a Assembleia Municipal pudesse, de forma fundamentada, considerar solução diferente quanto aos parâmetros da congregação previstos, salientando a importância da pronúncia da Assembleia Municipal que seria fundamental na decisão a tomar. Salientou que na proposta de lei estava previsto que a assembleia municipal que não promovesse a agregação de freguesias seria equiparada a ausência de pronúncia, o que significaria que outros iriam decidir pela assembleia. -----

Terminou deixando, uma vez mais, o repto sobre a existência de disponibilidade às forças políticas com representação na Assembleia para cumprirem a sua obrigação e prepararem com todo o cuidado que o assunto merecia, uma posição sobre o assunto, com a colaboração das assembleias de freguesia, como a proposta de lei contemplava. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Arlindo Gil**, eleito pelo PS, para alertar para a existência de pequenos defeitos na obra da Rua Luís de Camões que futuramente poderiam causar problemas. -----

Abordou novamente a questão relativa aos idosos que viviam sozinhos, lembrando novamente um projeto existente no Município de Viana do Castelo, sugerindo a implementação de um sistema idêntico em Fafe. -----

-----Posteriormente, interveio **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para questionar o Presidente da Mesa sobre a resposta relativamente à questão colocada sobre a marcação das sessões antecipadamente. -----

Questionou o Presidente da Câmara sobre a permuta de terrenos efetuada entre a Câmara e a paróquia de Fafe, nos quais estava incluída a escola P3, concretamente sobre a cedência de escolas às respetivas Juntas de freguesia, com exceção de cedência de escola à Junta de Freguesia de Fafe. Nesses termos solicitou esclarecimentos sobre o facto de haver tratamento diferente para entidades iguais. -----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a proposta aprovada pela Junta de Freguesia de Fafe, constante da relação da correspondência enviada à Assembleia, que continha afirmações gravosas, mencionando que gostava que fossem explicadas, lendo os parágrafos que considerava importantes, concretamente, parágrafos primeiro e quarto. -----

-----De seguida, usou da palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para solicitar que fosse dado cumprimento à alínea e), do artigo dezasseis do regimento da assembleia municipal. -----

Alertou ainda para a insalubridade existente do “Royal Center”, questionando para quando estaria prevista a sua desinfeção. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Olinda Teixeira Alves**, eleita pelo PS, para demonstrar a sua sensibilização pela atuação de um jovem português ao apresentar uma proposta na Assembleia da República sobre a criação de comissões de proteção de idosos, a exemplo do que se passava com a comissão de proteção de crianças e jovens. -----

Afirmou que, no ano europeu do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações, essa proposta fazia sentido porque o trabalho das comissões era eficaz e fazia toda a diferença na qualidade de vida do ser humano. -----

Felicitou a Câmara Municipal pelo Plano de Intervenção que mantinha junto dos idosos. -----

Secundou as palavras de Arlindo Gil sobre o assunto que vinham muito a propósito. -----

Reportando-se às palavras de Américo Castro, passou a apresentar o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

-----Retomou a palavra **Américo Castro** para mencionar que, por lapso, não tinha referenciado que Olinda Teixeira Alves e José Manuel Baptista, na qualidade de eleitos pela Assembleia Municipal para integrarem uma comissão, tinham sido os únicos a apresentar o relatório. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Filipe Antunes**, eleito pelos IPF, para salientar a importância de Guimarães ser a Capital Europeia da Cultura, e referir que isso era uma oportunidade de desenvolvimento cultural, económico e de divulgação de uma região, mencionando que Fafe, como concelho vizinho, contíguo àquela cidade, tinha a oportunidade única de tirar partido dessa circunstância, de se divulgar e desenvolver. -----

Salientou os objetivos divulgados pela autarquia no sentido de promover e divulgar o concelho, afirmando que tinha inclusivamente estruturas montadas como a Naturfafe, questionando sobre o que a Câmara tinha efetuado para aproveitar essa oportunidade única de desenvolver o concelho com base nesse acontecimento. -----

Mencionou que ainda era tempo de fazer alguma coisa, afirmando que havia a oportunidade, existiam estruturas, infraestruturas, salientando que havia o dever de aproveitar, havendo vontade de trabalhar. -----

-----De seguida, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, solicitando informação sobre se tinha havido ou não a reunião sobre as urgências do hospital e se tinha sido discutido o assunto da construção do novo hospital.-----

Acerca da questão da insalubridade do “Royal Center”, já abordada por Américo Castro, e concretamente sobre o facto da insalubridade do edifício piorar a cada dia que passava, questionou sobre as notificações que tinham sido efetuadas ao proprietário, se já tinha terminado o prazo. Mencionou que deveria ser definido pelas entidades competentes se havia ou não perigo para saúde pública. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Alexandra Nogueira**, eleita pelos IPF, iniciou a sua intervenção felicitando os responsáveis pelos espetáculos realizados no Teatro Cinema, assim como, a preocupação que em termos culturais que tinha aumentado no concelho. -----

Alertou para a existência de algumas situações no sentido de melhorar o serviço de prestação de cultura à população fafense. -----

Referiu que a população fafense pagava anualmente impostos municipais, o que implicava que, em democracia, a Câmara investisse em bens e serviços, como a cultura, à população em geral. -----

Nesses termos questionou se toda a população tinha acesso, de forma igual, aos bilhetes dos espetáculos, questionando a transparência do acesso aos mesmos. -----

Congratulou a cidade pela variedade dos espetáculos, assim como a população por manter o Teatro repleto, esgotando rapidamente os bilhetes. Dessa forma questionou se a venda dos bilhetes era eficiente, atendendo à rapidez com que esgotavam. Mencionou que quando isso ocorria se poderia verificar que por um lado a população tinha um enorme interesse de assistir ao espetáculo e, por outro lado, a venda de bilhetes não era eficiente e poderia não chegar o número de bilhetes suficientes à população em geral que tinham o direito de usufruir da cultura proporcionada. -----

Reforçou a necessidade de rigor e transparência no que concernia à venda de bilhetes. -----

Questionou sobre a existência de uma empresa do Porto que marcava espectáculos e, em caso afirmativo, perguntou quem pagava essa empresa e como funcionava esse serviço. -----

Mencionou, ainda, que se a autarquia pagava o serviço a uma empresa para executar o serviço os funcionários da sala não deveriam trabalhar, estando dessa forma a gastar dinheiro duas vezes, perguntando, ainda, se pagavam horas extra. Apelou ao bom senso e a uma boa gestão do dinheiro dos contribuintes. -----

Afirmou que a cultura era cada vez mais importante no seio da sociedade e um bem comum e atendendo a que o enriquecimento cultural implicava prejuízo monetário, sugeriu que, para minimizar tais prejuízos, poderiam definir os horários dos funcionários de acordo com os espetáculos, evitando o pagamento de horas extra. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o Presidente **da Junta de Freguesia de Fafe**, que iniciou a sua intervenção congratulando-se com a elaboração do regulamento do jogo da malha. -----

Sobre a intervenção de Orlando Carvalho Leite, afirmou que o PS tinha estado bem porque ao anular o que tinham feito tinham razão, atendendo à retificações efetuadas ao documento verde. -----

Quanto à intervenção de Miguel Summavielle sobre a proposta da Junta, mencionou que a sua intenção era reaver as competências, salientando que para além do que tinha sido dito, reivindicavam também o alargamento dos caminhos. -----

Referiu, no entanto, que o parágrafo mais importante não tinha sido lido, concretamente o terceiro parágrafo. -----

Mencionou, ainda, que fazia chegar à Câmara todos vários ofícios e que era importante que os representantes dos vários grupos os lessem. -----

-----Posteriormente usou da palavra **Vanessa Barata**, do PSD, para questionar sobre a tentativa de despoluição do rio de Calvelos.-----

-----De seguida, usou da palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para mencionar que os membros do PS, eleitos para representar a Assembleia Municipal em Comissões, entregaram os respetivos relatórios de 2010 e iriam entregar os relatórios de 2011. -----

Sobre a intervenção de Orlando Carvalho Leite relativa à reforma administrativa mencionou que tinha resumido bem o assunto. Afirmou que o PS tinha mostrado abertura, que mantinha. Saliou que tinham afirmado a sua posição contra os critérios do documento verde, referindo que era opinião geral. Mencionou que a opinião tinha sido de tal maneira generalizada que o governo tinha recuado a toda a linha, alterando completamente os critérios. Afirmou que depois da Assembleia da República se pronunciar, o PS estaria disponível para trabalhar com a mesma posição desde o início. -----

Afirmou que não era a reforma administrativa que resolvia os problemas existentes no país, tecendo comentários à atual situação social, económica e financeira em que o País se encontrava e das atitudes do Governo. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei** que começou por mencionar que o líder do PS tinha efetuado uma abordagem muito leve daquilo que o Governo tinha realizado, salientando que havia muito mais a dizer concretamente sobre o corte dos salários, os cortes dos direitos e os aumentos galopantes dos impostos. -----

Saliou, no entanto, que a sua intervenção iria incidir sobre a reforma do mapa judiciário, esclarecendo que não eram apenas os concelhos que perdiam o tribunal que seriam os que mais perdiam, explicando que os restantes, com excepção dos concelhos capitais de distrito, iam perder valências, explicando o que iria acontecer no caso concreto a Fafe. -----

Mencionou que, conforme tinha noticiado um jornal, a Ministra da Justiça antes de decidir ia ouvir todos os autarcas dos concelhos onde estava prevista a extinção dos tribunais, e nesses termos os autarcas deveriam reunir e junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses fazer ver à Senhora Ministra da Justiça, os grandes prejuízos que a alteração iria acarretar para a população. -----

Terminou sugerindo, ainda, ao Presidente da Câmara que fosse pensado outro lugar para colocar o monumento da justiça fafense que estava junto ao Palácio da Justiça, uma vez que aquele não era o melhor lugar. -----

-----Posteriormente, interveio **Jorge Adélio Costa**, do PSD, para responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei lembrando que o assunto da reforma do mapa judiciário constava do acordo assinado pelo

anterior Governo com a troika, que não era uma medida do atual governo. Reportando-se ao entusiasmo da sua intervenção, afirmou que lhe fazia confusão o silêncio da bancada do PS aquando do encerramento das urgências do hospital de Fafe, questionando se seria por o Governo ser diferente. -----

Mencionou, ainda, que Raul Rebelo estava muito empenhado em desmascarar o atual Governo, salientando que a atual situação do País não era da única e exclusiva responsabilidade do atual Governo tecendo comentários à sua intervenção. -----

Terminou, explicando uma das medidas tomadas pelo Governo relativamente ao processo das insolvências; -----

-----Seguidamente, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para mencionar que estava surpreendido com as intervenções do PS. Lamentou que apenas estivesse preocupado com os interesses do País e não com o que se passava no Município. -----

-----Posteriormente, retomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei**, para mencionar que o Governo anterior não tinha assinado nenhum memorando da Troika relativamente à Reforma do Mapa Judiciário, afirmando que apenas tinha assinado a medida relativa à recuperação de processos de insolvência. -----

Afirmou, ainda, que não se tinha pronunciado sobre o Hospital porque esse era um assunto que não dominava, entendendo que não se devia pronunciar, ao contrário do que acontecia com a justiça. -----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Sobre a cedência dos edifícios das escolas primárias, explicou o procedimento da Câmara, mencionando que a freguesia de Fafe era uma situação diferente das restantes freguesias porque tinha muitos edifícios, que tinham uma relevância maior.-----

Mencionou que a Junta de Freguesia de Fafe tinha apresentado uma pretensão sobre a necessidade de outras instalações para a sede da Junta de Freguesia, tendo, inclusive, apresentado uma proposta de aquisição de um edifício particular, próximo da Junta, afirmando que essa possibilidade que não estava excluída nem adquirida. -----

Relativamente ao ofício e proposta que a Junta de Freguesia tinha enviado, mencionou que tinha tido a oportunidade de solicitar esclarecimentos sobre os considerandos da proposta, especificando-os. Informou que posteriormente deu instruções para que a resposta fosse analisada, atendendo à gravidade do teor da proposta. -----

- Quanto ao Royal Center, mencionou que, efetivamente tinham notificado o proprietário a fazer a desinfeção do edifício, cujo prazo terminava nessa semana; Afirmou que os proprietários se tinham comprometido a limpar, porém se isso não acontecesse, a Câmara iria agir coercivamente e faria a limpeza.---
Sobre a demolição do edifício, mencionou que era uma possibilidade, lembrando uma deliberação da Câmara sobre o assunto, que tinha sido suspensa por decisão judicial. -----

Afirmou, contudo, que o proprietário tinha demonstrado vontade de apresentar um projeto para requalificar aquele espaço, salientando que não iriam deixar que ficasse como estava. -----

- No que concernia à problemática dos idosos, informou que a Câmara tinha iniciado um programa juntamente com a GNR, os Bombeiros, as Juntas de Freguesia e Cruz Vermelha de Fafe, denominado “Fafense Solidário”, que consistia na agregação de um conjunto de voluntários, chamados “Vizinhos Solidários”, que se iria responsabilizar por todas as freguesias onde estavam identificados os idosos que viviam sozinhos e que fariam a ligação entre esses idosos e o Serviço Social e/ou as Instituições que celebraram o acordo, salientando, no entanto, que isso só seria possível com a concordância do idoso. Afirmou que estava esperançado que dessa forma iam conseguir ter um controle dessa situação, com uma resposta adequada. -----

- Sobre a Capital Europeia da Cultura em Guimarães, reconheceu que efetivamente era uma oportunidade e que todos desejariam que não fosse só para Guimarães, mas para a região. -----

Prestou informações sobre as reuniões tidas com os responsáveis da Fundação, onde tinha sido abordada a possibilidade de cooperação entre vários municípios envolventes do Município de Guimarães inclusive sobre a possibilidade de candidaturas comuns, o que não tinha acontecido porque não tinha sido dada sequência por parte da Fundação. -----

Informou, ainda, que tinha tido um contacto com os novos elementos da Fundação no sentido de manifestarem vontade e interesse e inclusivamente oferecerem alguns eventos culturais que estavam programados para acontecer no Município de Fafe, porém que continuava a aguardar que o Presidente da Fundação agendasse uma reunião, o que acreditava que não ia acontecer. -----
Mencionou que a queixa que apresentava era a mesma dos municípios vizinhos de Guimarães. -----

- Relativamente ao novo Hospital e na sequência da reunião tida com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, informou que o Senhor Secretário tinha reconhecido a necessidade e interesse da construção do novo hospital, porém que mencionou que, no momento, não se podia comprometer num calendário quanto à sua construção e que, aquando da preparação do Orçamento de Estado do ano seguinte, prestaria mais informações sobre o assunto. Salientou, no entanto a relevância do Senhor Secretário de Estado da Saúde ter reconhecido a necessidade da sua construção. -----

Quanto à Urgência, mencionou que tinham combinado que, logo que o Senhor Secretário de Estado da Saúde tivesse o estudo e se houvesse alguma alteração relativamente àquilo que existia em Fafe o chamaria para conversarem sobre o assunto. -----

Salientou, ainda, que aquando da reunião, tinha expressado ao Senhor Secretário de Estado da Saúde a sua opinião sobre a opinião pessoal expressa pelo elemento da comissão que estava a analisar o processo tendo-lhe dito que o referido elemento deveria ser demitido do Grupo. -----

- Sobre as questões da venda de bilhetes para os espetáculos realizados no Teatro Cinema, mencionou que apenas em dois espetáculos tinha havido problemas, concretamente naqueles em que a procura suplantava a oferta. -----
Afirmou, no entanto, que concordava com a existência de regras claras relativamente à venda de bilhetes, mencionando que já tinha solicitado à Naturfafe as normas relativas ao assunto. -----

Afirmou que desconhecia a existência de alguma empresa a quem a Câmara estivesse a pagar para a organização dos espetáculos, explicando que o que havia era pagamentos relativos à contratação de espetáculos. -----

- Sobre a despoluição da ribeira de Calvelos, mencionou que estava despoluída. Afirmou que apenas existia uma linha de água que atravessava o Parque da Cidade e lá desaguava que ainda não estava despoluída. -----

- Relativamente ao mapa judiciário, mencionou que esperava que a Ordem dos Advogados-Delegação de Fafe também fizesse chegar as suas preocupações à Câmara, uma vez que não tinha boa consciência daquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei tinha dito, afirmando que naturalmente não deveriam estar de acordo com o mapa apresentado e com as perdas indicadas. -----

Afirmou que, por esse caminhar, teriam que restaurar a “Justiça de Fafe”, mais do que mudá-la, atendendo ao caminho gravoso que as coisas estavam a tomar.-----

Terminou, acrescentou que, sobre a alteração do lugar do “Monumento da Justiça de Fafe”, a Câmara estava a pensar colocar a discussão pública sobre se deveria ou não mudar de local. -----

-----Pedi a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe** para, em primeiro lugar, alertar o Presidente da Mesa no sentido de que, por vezes, a intervenção do Presidente da Câmara estava relacionada com um Presidente da Junta ou um Membro e depois de terminar a sua intervenção não lhes era dada a palavra para se “defenderem”. Respondendo ao Senhor Presidente da Câmara sobre o facto de na última sessão ter mencionado que a Junta de Fafe tinha mais boletins que a Câmara, afirmou que a Junta não tinha jornais onde podiam dar a sua opinião, ao contrário do que acontecia com a Câmara. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, para mencionar que, atendendo à gravidade das afirmações constantes da proposta da Junta de Fafe, iriam pedir esclarecimentos formais relativamente aos processos referenciados no sentido de ficarem mais esclarecidos. Afirmou, ainda, que da mesma maneira, fariam uma proposta no sentido da Câmara esclarecer o destino dos edifícios escolares. -----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para informar que a Câmara tinha remetido uma proposta para a Assembleia Municipal no sentido de acolher um parecer da Assembleia sobre se deveria ou não a Autarquia de Fafe criar um Hino e qual deveria ser. Afirmou que iria remeter essa proposta a todos os Grupos com representação na Assembleia

Municipal, no sentido de ponderarem e posteriormente discutirem sobre se o assunto deveria ou ser matéria para discussão na Assembleia Municipal. -----

----- Entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

-----Tomou a palavra **José Manuel Batista**, do PSD, para solicitar esclarecimento sobre uma obra em Golães, que era prometida desde dois mil e cinco e que aparecia na informação escrita como “processo a aguardar documentos”, questionando sobre que documentos faltavam ou se esse era mais um expediente para adiar a obra. -----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para esclarecer que na segunda-feira que se seguia ia ser assinado o contrato com o empreiteiro e que depois o empreiteiro teria quinze dias para iniciar a obra. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – *Discussão e votação de uma Proposta de Suspensão de PDM, no âmbito da Construção de Habitação Social.***-----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar a proposta. Informou que a Autarquia tinha um contrato assinado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) para a construção de cento e setenta habitações unifamiliares. Mencionou que essas habitações seriam, em parte, para substituir as habitações da Cumieira e permitir a demolição do Bairro da Cumieira e conseqüente realojamento dessas famílias. Explicou o processo, mencionando que não tinha havido propostas para a construção em algumas das freguesias, salientando a dificuldade em encontrar terreno a preços compatíveis para a construção de habitação social. -----

Atendendo a essa dificuldade, afirmou que a única forma era a Câmara adquirir os terrenos e a partir daí criar condições para fazer um concurso. Com a proposta apresentada indicavam os terrenos para todas as freguesias, muitos deles já na posse da Câmara e outros na posse das Juntas, mas muitos em terrenos de reserva, daí necessidade de suspensão do PDM para, posteriormente, com a declaração de utilidade pública ou o reconhecimento de utilidade pública desses terrenos para que pudessem construir nesses locais.---

Mencionou que com a aprovação da presente proposta pela Assembleia Municipal podiam criar condições para poder lançar o concurso para todas as habitações um pouco por todo o concelho. -----

Afirmou que havia hesitação relativamente ao assunto, não só pela crise mas também porque o IHRU tinha sugerido que aguardassem indicações do atual Governo para que pudessem confirmar o contrato que mantinham com a Câmara. -----

-----De seguida usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos** para, relativamente à questão de Habitação Social em Fafe tecer alguns comentários, concretamente, que Fafe tinha alguns problemas sociais, onde existiam algumas famílias carenciadas que precisavam que lhe fossem encontradas soluções ao nível da habitação. Reconheceu a preocupação da Câmara com o assunto e daí os esforços para a manutenção do acordo com o IHRU, no sentido de ter habitação social em Fafe, sobretudo e também porque tinha conhecimento que um dos princípios orientadores era o da disseminação das diversas famílias pelas diversas freguesias do concelho e não concentrá-las num único local, como o Bairro da Cumieira, concordando com esse princípio. -----

No entanto colocou uma questão relativamente à diminuição de candidatos para a habitação social mencionando que seria bom que a Câmara repensasse alguns dos critérios que inicialmente tinham tido em conta para a construção de habitação social, salientando que deveria ser repensada a situação e sobretudo deveria ser efetuada uma nova avaliação no sentido de conhecerem o real interesse e potencialidade de se vir a materializar, porque sem isso estariam a aprovar uma proposta que viabilizasse o cumprimento de um contrato e a apostar em fazer um investimento de grande vulto que posteriormente não teria solução prática. -----

Terminou referindo que seria oportuno que se repensasse a questão, deixando uma sugestão no sentido de adquirirem habitações a um preço manifestamente baixo em vez de construírem de raiz. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, começando por referir que a sua intervenção ia de encontro com o que Vítor Silva tinha expressado no sentido de que o processo fosse repensado, sugerindo que

fosse efetuado mediante pré-inscrição, sabendo efetivamente quem estaria em condições. -----

Sugeriu, ainda, que a Câmara assegurasse esse financiamento, atendendo à crescente dificuldade de acesso ao crédito. -----

Terminou, alertando para o facto da documentação distribuída pelos Membros da Assembleia não ter sido suficientemente explícita, atendendo a que era solicitado que decidissem sobre a suspensão do PDM, com indicação das situações, mas não com a localização dos terrenos. Mencionou que não iriam opinar sobre se seriam ou não os mais indicados, porém como havia situações em que havia negócios com proprietários, em que a contrapartida da cedência do terreno seria a viabilização da aptidão construtiva na parte sobrança da parcela ou em parcelas, seria importante, por uma questão de salvaguarda da lisura de todo o processo, que essa informação lhes chegasse. -----

-----Por fim, tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados, mencionando que, de facto, o processo deveria ter seguido com as plantas. -----

Sobre o processo de construção de habitação a custos controlados – Jovens, esclareceu que não estava relacionado com o processo em discussão, explicando que o preço de venda dessas habitações era o preço fixado pelo IHRU, não era o preço do empreiteiro. Informou que o empreiteiro tinha o prazo de seis meses para promover a venda e se não vendesse ou o que não conseguisse vender, seria a Câmara a comprar ou a vender. -----

Mencionou que tinha havido muitas inscrições que posteriormente não se confirmaram, restando poucos interessados. -----

Quanto à habitação social, explicou que era um programa de realojamento. Mencionou que tinha sido efetuado um levantamento em todas as freguesias de todas as situações “abarracadas” e o IHRU acedeu a financiar para substituir essas casas “abarracadas”. Afirmou que a verificação sugerida por Vítor Silva e Miguel Summavielle tinha sido efetuada recentemente, informando que já tinha havido um decréscimo de fogos contratados. -----

Informou, ainda, que foi lançado no mercado a disponibilidade de adquirir edifícios já existentes, no sentido de adquirir habitação edificada ao preço que o IHRU autorizava. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com dez abstenções.** -----

Passou-se ao **Ponto dois ponto três – *Discussão e votação da Proposta de aditamento ao Contrato de Concessão de Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho de Fafe, bem como do Regulamento do Serviço de Distribuição de Água ao concelho de Fafe.*** -----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para explicar que a proposta estava novamente agendada no seguimento da receção do parecer emitido pelo ERSAR cujas recomendações a Câmara, conjuntamente com a Indáqua, tinham decidido acolher, apesar de não ser vinculativo. -----

-----Seguidamente tomou a palavra **Miguel Summavielle**, para cumprimentar o Presidente pela atitude tomada, afirmando que, genericamente, as questões colocadas eram pertinentes e fazia sentido verte-las no regulamento. -----

Lamentou que algumas das recomendações efetuadas na sessão anterior, algumas delas plasmadas em ata, não tenham sido contempladas, reconhecendo que ainda não as tinha entregue por escrito, entregando-as na presente sessão e mencionando que se as entendesse contemplar, aguardariam. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção.** -----

-----Pedi a palavra **Alexandre Peixoto, eleito pelos IPF**, para justificar o seu sentido de voto (abstenção) afirmando que se devia ao facto de ser colaborador da empresa. -----

-----Passou-se para o **Ponto dois ponto quatro - *Aprovação da Lista de Juizes Sociais, nos termos do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho.***-----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle** para alertar para o facto do ato da votação não era efetuado de forma secreta, mencionando que deveria haver um local próprio. -----

Através de votação por escrutínio secreto, a Lista foi aprovada com **53 votos a favor, 2 contra e 8 brancos.** -----

-----Terminado o período da ordem do dia, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para dar a palavra ao público. Não havendo intervenções perguntou

se havia alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração às atas das reuniões da sessão anterior. Não havendo, **foram colocadas a votação, sendo aprovadas, por unanimidade.** -----

Por fim, procedeu-se à leitura da minuta da ata da sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e três horas quarenta e cinco minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---